

*Handwritten signature: Filipa Nunes*

-----ATA Nº 7-----

No primeiro dia do mês de fevereiro de dois mil e dezanove, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, no Salão Nobre da Junta de Freguesia de Grijó, sito na Alameda do Mosteiro, a Assembleia de Freguesia reuniu em sessão extraordinária, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

Ponto um – Período de intervenção do público. -----

Ponto dois – Discussão e votação da não aceitação da transferência das competências previstas no art.º 38.º n.º 1 da lei n.º 50/2018 de 16 de agosto e no Decreto-lei n.º 104/2018 de 29 de novembro, no domínio da instalação e gestão dos Espaços Cidadão. -----

Deu-se início à reunião na presença dos seguintes elementos: -----

Pelo Partido Socialista (PS): José Manuel de Almeida Couto, Filipa Nunes Lopes Moura, Sofia Ferreira Dias de Almeida, José Domingos Gonçalves Correia, Manuel Quintas Sanhudo, José António Silva Santos, em substituição de Cristina Oliveira Gomes, José Carlos da Costa Ferreira e Paulo Jorge Barros Neves. -----

Pela Coligação Gaia de Novo (PSD/CDS-PP): Jorge Filipe Gomes Castro, Joaquim Aureliano Cavadas André Oliveira, José Manuel Ramos Costa e Silva e Manuel Joaquim Sousa Félix, em substituição de Maurício Ramiro Ferreira Santos. -----

Pela Coligação Democrática Unitária (CDU): Paula Albertina Oliveira Ferreira Baptista. --

Pelo Executivo da Junta de Freguesia, estiveram presentes: Joaquim César Ramos Rodrigues, Rosa Margarida Rodrigues Sousa Neves, Maria João Costa e Gil Manuel Camarinha Costa; faltou à reunião Francisco Manuel Jesus Silva. -----

Entrando no ponto um da ordem de trabalhos, Período de intervenção do público, o Sr. António Carneiro, único inscrito, começou por questionar o ponto de situação da colocação da caixa Multibanco em Santo António, das obras junto ao Continente Bom Dia, aberto recentemente nas Vendas de Grijó, bem como sobre o ponto de situação de habitações sociais em cujo interior tem chovido. Apresentou a sugestão de ser reabilitado o espaço junto ao Pavilhão Desportivo de Grijó, caso o terreno fosse público. Prosseguiu, felicitando o Executivo pela publicitação da agenda dos eventos culturais e sociais, sugerindo, ainda, que fossem também englobados nesse anúncio as atividades desenvolvidas pelas coletividades da freguesia. Terminou a sua intervenção abordando a questão da união de freguesias, considerando que muito se tem lamentado a opção da união das freguesias e pouco se tem trabalhado em conjunto, no sentido da dissolução desta mesma opção. -----

*Paula*  
*Paula Moser*

Tomando a palavra, o Sr. Presidente da Assembleia afirmou que a polémica sobre a união de freguesias continua a ser alimentada apenas por alguns, apostados em lançar permanentemente a confusão. Contudo, lembrou que, apesar de as freguesias de Grijó e Sermonde se terem unido, cada uma delas mantém a sua própria identidade, embora a gestão política seja conjunta. Na sua perspetiva, que resulta da interação com as pessoas e instituições de ambas as freguesias, o que existem são barreiras psicológicas que devem ser aniquiladas, promovendo-se a convivência pacífica de todos e não alimentando divisões. -- Respondendo ao Sr. António Carneiro, o Sr. Presidente de Junta informou que a data prevista para a colocação da caixa Multibanco no edifício dos Correios, em Santo António, mantém-se para fevereiro, estando, por isso, o processo em fase de resolução. Quanto às obras junto ao Continente Bom Dia, nas Vendas de Grijó, comunicou que já reuniu com a Câmara Municipal e com a direção do supermercado antes de este ser inaugurado, mantendo-se a aguardar algumas resoluções. Neste contexto, informou, primeiramente, irão ser colocados mecos a delimitar a obra prevista, no sentido de simular a sua funcionalidade e só posteriormente é que irão proceder a obras definitivas. Relativamente às casas sociais que serão construídas em Grijó, afirmou que estas serão apenas para elementos de etnia cigana, com o propósito de eliminar definitivamente os atuais acampamentos. Quanto às famílias que residiam em habitações sociais onde chovia, foi-lhes proposta a transferência temporária para os bairros sociais de Sermonde, até a situação ficar solucionada, sendo que a maior parte dessas famílias não quis sair. No entanto, a situação está a ser resolvida, sendo que as famílias que aceitaram ir para os bairros sociais de Sermonde, atualmente já não querem sair de lá. Na continuação, esclareceu que o terreno junto ao Pavilhão Desportivo de Grijó é privado, pelo que a Junta ou a Câmara Municipal não o podem reabilitar. Esclareceu, ainda, a tela colocada no Largo de Santo António se destina à divulgação dos eventos culturais e sociais da freguesia promovidos pela Junta, podendo vir-se a acrescentar a publicitação de atividades das coletividades. Concluiu a sua intervenção abordando a questão da união das freguesias, considerando que, na sua perspetiva, irá existir um entendimento político entre as diferentes forças partidárias no sentido de se encontrar uma solução, eventualmente para o reposicionamento das 24 freguesias, mas que o processo irá ficar suspenso até às próximas eleições. ----- Intervindo, a Sra. deputada Paula Baptista referiu que a lei das uniões de freguesias surgiu no governo do Partido Social Democrata, com o objetivo de acabar com cerca de mil freguesias, sendo por isso uma medida meramente economicista. Vila Nova de Gaia

  
Fátima Alves

aceitou a aplicação desta lei, por acordo entre o PSD e o PS, uma vez que lhe foi prometida a majoração, ou seja, mais verba disponível, majoração essa que nunca aconteceu. Relembrou ainda que o Partido Comunista Português apresentou na Assembleia da República um projeto de alteração da lei, reforçando que, no caso concreto de Grijó e Sermonde, as barreiras existem, que apenas se vão diluindo no tempo e que as pessoas se vão conformando com o rumo tomado. Entrando no ponto dois da ordem de trabalhos – Discussão e votação da não aceitação da transferência das competências previstas no art.º 38.º n.º 1 da lei n.º 50/2018 de 16 de agosto e no Decreto-lei n.º 104/2018 de 29 de novembro, no domínio da instalação e gestão dos Espaços Cidadão –, o Sr. Presidente de Junta informou que a rejeição desta competência não impede a manutenção do balcão do cidadão na freguesia, pelo que, na sua perspetiva, seria mais prudente não a aceitar sob pena de esta ser demasiado complexa e de difícil execução. -----

Tomando a palavra, a Sra. deputada Paula Baptista declarou que a Coligação Democrática Unitária votará contra, ou seja, estaria ao lado da pretensão da Junta de Freguesia, tal como aconteceu na Assembleia Municipal, uma vez que precipitar a aceitação de uma tão grande e complexa competência seria extremamente exigente para a uma mera junta de freguesia. Recomendou, contudo, que a não aceitação da transferência das competências em análise fosse não só para este ano corrente, mas também para o próximo ano, dado existir um processo eleitoral curto prazo. -----

O Sr. Joaquim Aureliano Oliveira mencionou a sua posição igualmente contra a aceitação de transferência das competências no domínio da instalação e gestão dos Espaços Cidadão, apresentando uma declaração de voto (Anexo 1). -----

O Sr. Jorge Castro declarou também não aceitar a transferência das competências no domínio da instalação e gestão dos Espaços Cidadão, uma vez que considerava que, no imediato, não se conhecem as verdadeiras vantagens e desvantagens em assumir essa mesma competência, apresentando uma declaração política (Anexo 2). -----

O Sr. José Domingos, corroborando os demais, reforçou a posição de não aceitação de transferência das competências no domínio da instalação e gestão dos Espaços Cidadão, apresentando uma declaração de voto (Anexo 3). -----

Intervindo novamente, a Sra. deputada Paula Baptista salientou que os responsáveis pelo encerramento de inúmeras unidades de serviço público foram os governos do Partido Socialista e do Partido Social Democrata, sendo que os serviços públicos não têm que dar lucro, mas servir as populações. Apresentou, ainda, uma breve explicação dos conceitos de



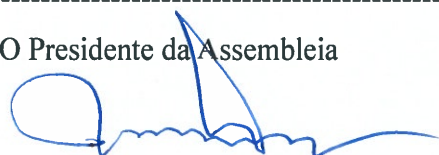
transferência, descentralização e regionalização que, no seu entender, muitas vezes são usados de forma indevida. -----

Submetida a votação a não aceitação da transferência das competências previstas no art.º 38.º n.º 1 da lei n.º 50/2018 de 16 de agosto e no Decreto-lei n.º 104/2018 de 29 de novembro, no domínio da instalação e gestão dos Espaços Cidadão, foi esta aprovada por unanimidade. -----

Aqui chegados, o Sr. Presidente da Assembleia solicitou que fosse lida a minuta da ata da presente reunião. Submetida a votação, foi esta minuta aprovada por unanimidade. -----

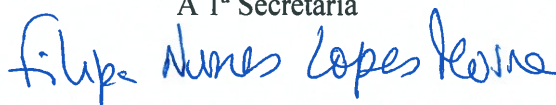
Nada mais havendo a tratar, eram vinte e três horas, deu-se por encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e pela 1ª secretária. -----

O Presidente da Assembleia



José Manuel de Almeida Couto.

A 1ª Secretária



Filipa Nunes Lopes Moura